

# Referências das Rotinas Administrativas da Secretaria-Geral de Logística (SGLOG)

Portal do Conhecimento/ Legislação/ Referências das Rotinas Administrativas

## **RAD-SGLOG-001 - Documento Estratégico da DGLOG**

Com vigência a partir de 25/03/2022

RAD sem referências

## **RAD-SGLOG-003 - Regularizar e Controlar Permissões Onerosas, Impostos e Taxas**

Com vigência a partir de 20/04/2023

**Constituição da República Federativa do Brasil/1988;**

---

**Lei Federal nº 14.133/2021** - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 27, de 26/09/2011**, alterado pela **Resolução TJ/OE/RJ nº 35, de 07/11/2011** - Regulamenta as salas especiais permanentes destinadas aos advogados com uso assegurado a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), nos termos da **Lei n. 8904/94**.

---

**Lei Federal nº 8.666/93** - Institui normas para licitações e contratos da administração pública.

---

**Lei Estadual nº 4.168/2003** – Acrescenta parágrafo único ao artigo 115 do decreto-lei nº 05/75;

---

**Resolução TJ/OE nº 03/2021** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE nº 04/2023** - Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 34/2020** - Estabelece critérios para fixar remuneração e/ou encargos devidos em razão de ocupação de área na forma de cessão de uso ou permissão de uso outorgadas pelo Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

**Ato Normativo nº 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

---

**Ato Normativo TJ nº 1, de 07/04/2004** - Estabelece procedimento administrativo de controle e cobrança dos débitos apurados em decorrência de permissão ou de cessão de uso de bens públicos a terceiros, referentes aos bens afetados ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Aviso TJ nº 57/2010** - Enunciado 59 - As cláusulas previstas nos Termos de Permissão e Cessão de Uso, inclusive as atinentes ao valor e a periodicidade da remuneração, permanecerão inalteradas mesmo quando vencidos os termos até a efetiva desocupação do imóvel.

## **RAD-SGLOG-009 – Gerenciar Solicitações e Fornecimento de Materiais**

Com vigência a partir de 30/10/2023

**Lei Federal nº 8.666/93** - Estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

**Lei federal nº 14.133/21** estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 42/2013** - Dispõe sobre a administração das dependências, mobiliários e equipamentos instalados no PJERJ;

---

**Aviso TJ nº 45/2011** – Determina a avaliação dos materiais em estoque, mantendo-se apenas aqueles necessários às atividades do órgão pelo período de 30 dias;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

---

**Ato Normativo nº 04/2019** – Regulamenta a confecção de layout;

---

**Ato Normativo nº 02/2017** - Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e os serviços de marcenaria específicos de confecção de mobiliário sob medida.

## **RAD-SGLOG-010 – Ciclo de Atendimento e Monitoramento do Serviço de Limpeza, Conservação e Controle de Vetores**

Com vigência a partir de 15/05/2023

**Lei Federal nº. 8.666/93** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

## **RAD-SGLOG-012 – Realizar Serviços Gráficos**

Com vigência a partir de 30/06/2023

**Ato Normativo nº 22/2021** – Dispõe sobre a produção de serviços gráficos realizada pelo SEGRA.

## **RAD-SGLOG-015 – Gerir o Trâmite de Expedientes**

Com vigência a partir de 05/04/2023

**Ato Executivo 4191, de 08/09/2009** - Resolve que as unidades de primeira e segunda instâncias do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes unicamente pelo referido sistema, sendo vedado o encaminhamento de outra forma.

**Consolidação Normativa da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.**

**Resolução 01/2017** - Altera o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro para unificar a competência das vinte e sete câmaras cíveis e dá outras providências.

**Resolução OE nº 1/2023** - Dispõe sobre a especialização e transformação das Câmaras Cíveis em Câmaras de Direito Privado e Direito Público, bem como a criação das Câmaras de Direito de Direito Empresarial.

## **RAD-SGLOG-017 – Protocolizar, Autuar e Virtualizar Documentos**

Com vigência a partir de 25/04/2023

**Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018** - Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet).

**Lei nº 5069, de 16 de julho de 2007** – Torna dispensável a exigência pela administração pública estadual, direta, indireta e suas fundações de autenticação de cópia, em cartório, de documentos pessoais e dá outras providências.

**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº. 04, de 27/01/2004** – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

**Ato Normativo TJ nº 19/2020, de 06 de julho de 2020** – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

## **RAD-SGLOG-019 – Fiscalizar o Contrato de Recolhimento de Resíduos Sólidos**

Vigência a partir de 10/07/2023

RAD sem referências

## **RAD-SGLOG-020 – Postagem e Recebimento de Correspondência**

Vigência a partir de 10/04/2023

**Portaria MCOM nº 2.729, de 28/05/2021** – Estabelece diretrizes para a universalização dos serviços de atendimento e de distribuição postais, os prazos para a entrega dos objetos integrantes dos serviços postais básicos e respectivos índices de qualidade a serem observados pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT.

---

**Lei Federal nº 6.538, de 22/06/1978** - Dispõe sobre os serviços Postais.

---

**Ato Executivo TJ nº 4191, de 08/09/2009** – Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

---

**Portaria INMETRO nº 236/94 de 22/12/1994** – Trata da aprovação do Regulamento Técnico referente à fabricação, instalação e utilização de instrumentos de pesagem não automáticos.

## **RAD-SGLOG-021 – Arquivar e Desarquivar Documentos Administrativos**

Com vigência a partir de 10/05/2023

**Ato Normativo Conjunto nº 03/2003** - Dispõe sobre a padronização dos procedimentos de entrada de acervos arquivísticos no Departamento Geral de Arquivo, e dá outras providências.

---

**Ato Executivo TJ nº 4191/2009** - Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 06/2004** - Determina que as unidades organizacionais deverão adotar o modelo de etiqueta auto-adesiva – código 652.9459 – para identificação das caixas-arquivo e dá outras providências.

---

**Aviso Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004** - Divulga os correios eletrônicos para solicitação de desarquivamento de documentos diversos, processos administrativos e processos judiciais e dá outras providências.

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 03/2004** - Resolve extinguir o procedimento 'Devolução ao Maço' para os autos processuais judiciais e administrativos que retornam ao DEGEA, e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 05/2014** - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, da Secretaria-Geral de Administração (SGADM/DEGEA) somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) seja a guarda permanente.

**Ato Normativo TJ nº 19/2020, de 06 de julho de 2020** – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

### **RAD-SGLOG-024 – Abertura e Fechamento de Malotes**

Vigência a partir de 05/06/2023

**Consolidação Normativa da Corregedoria Geral de Justiça;**

---

**Lei 6.538, de 22/06/1978** – Dispõe sobre os Serviços Postais;

---

**Ato Executivo TJ 4191, de 08/09/2009** - Resolve que as unidades de primeira e segunda instância do Poder Judiciário, assim como as unidades administrativas que dispõem do Sistema Informatizado de Encaminhamento e Recebimento de Expedientes via malote - SISCOMA, devem movimentar seus expedientes pelo referido sistema, vedado o encaminhamento de forma manual.

### **RAD-SGLOG-029 – Controlar Saídas e Produtos Não Conformes na Divisão de Movimentação de Expedientes**

Com vigência a partir de 05/04/2023

RAD sem referências

### **RAD-SGLOG-035 – Atender a Solicitações de Transportes**

Vigência a partir de 30/06/2023

**Ato Normativo nº 04/2023** - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

### **RAD-SGLOG-036 – Manutenção Corretiva de Veículos Oficiais**

Com vigência a partir de 10/07/2023

RAD sem referências

### **RAD-SGLOG-037 – Processar Infrações de Trânsito**

Vigência a partir de 30/06/2023

**Lei Federal nº 9.503/1997** – Institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB);

---

**Lei Estadual 5427/2009** – Estabelece normas sobre atos e processos administrativos.

**Ato Normativo TJ nº 04/2023** - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

### **RAD-SGLOG-038 – Apurar e Adotar Providências em Casos de Sinistros em Veículos Oficiais do PJERJ**

Vigência a partir de 20/07/2023

**Lei Estadual 5465/2009** – Dispõe sobre o uso de veículos oficiais pelo PJERJ.

**Lei Estadual nº 5.427/2009** – Estabelece normas sobre atos e processos administrativos no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

**Ato Normativo TJ nº 04/2023** - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

**Lei Federal nº 9.503/1997** – Institui Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

### **RAD-SGLOG-039 – Remanejamento de Carros Oficiais**

Com vigência a partir de 17/07/2023

**Ato Normativo TJ nº 04/2023** - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

### **RAD-SGLOG-040 – Legalizar Veículos da Frota do Poder Judiciário do Estado do Rio De Janeiro**

Com vigência a partir de 30/06/2023

**Lei Federal n.º 9503/97** - Código de Trânsito Brasileiro (CTB).

### **RAD-SGLOG-041 – Fornecimento, Fiscalização e Controle de Combustível**

Com vigência a partir de 25/05/2023

**Ato Normativo nº 04/1983** - Fixa as cotas mensais dos veículos e viaturas que compõem a frota do Tribunal de Justiça.

**Lei Estadual nº 5465, de 09/06/2009** – Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

**Resolução CNJ nº 83, de 10/06/2009** - Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, e dá outras providências.

**Ato Normativo nº 04, de 31 de janeiro de 2023** – Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

### **RAD-SGLOG-043 – Receber e Conferir Materiais**

Com vigência a partir de 07/11/2023

**Lei Federal nº 13.709/18** - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

---

**Lei Federal nº Lei 14.133/2021** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

---

**Lei Federal nº 4320/64** - Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

### **RAD-SGLOG-044 – Retirada e Redistribuição de Bens Permanentes**

Com vigência a partir de 08/11/2023

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

### **RAD-SGLOG-045 – Realizar Remanejamentos e Mudanças**

Com vigência a partir de 15/01/2024

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ).

### **RAD-SGLOG-046 – Desincorporação de Bens Permanentes**

Com vigência a partir de 20/04/2023

**Decreto Estadual nº 46.223/2018** – Regulamenta a gestão dos bens móveis no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

---

**Ato Normativo TJ nº. 13/2018** – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;

**Ato Executivo TJ nº 1.819/2000** – Disciplina a implantação do programa de reciclagem de lixo e sucata no PJERJ;

### **RAD-SGLOG-047 – Incorporação de Veículos**

Com vigência a partir de 15/01/2024

**Lei Estadual nº 287/1979** – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

**Decreto Estadual nº 46.223/2018** – Regulamenta a gestão dos bens móveis no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

**Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021** - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no PJERJ.

### **RAD-SGLOG-051 – Controlar Responsabilidade Patrimonial**

Com vigência a partir de 01/02/2024

**Decreto Estadual nº 46.223/2018** – Regulamenta a gestão dos bens móveis, no âmbito do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro;

**Ato Normativo TJ nº 13/2018** – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;

**Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

**Deliberação TCE nº 278/2017** – Dispõe sobre a apresentação da prestação de contas anual de gestão, no âmbito da Administração Estadual, e dá outras providências;

### **RAD-SGLOG-052 – Realizar Manutenção e Manufaturas de Materiais**

Com vigência a partir de 20/10/2023

**Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021** - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no PJERJ;

**Ato Normativo nº.: 08/2022** – Regulamenta o conserto de mobiliário danificado e a confecção de mobiliário sob medida.

### **RAD-SGLOG-056 - Gerir o Departamento de Patrimônio e Material**

Com vigência a partir de 15/05/2023



**Lei nº 10.520/02** – Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

---

**Lei nº 8.666/93** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências e dá outras providências;

---

**Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021** - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Decreto Federal nº 7.892, de 23/01/13** – Regulamenta o Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 e dá outras providências (que ditará as ações relativas ao não cumprimento de entrega de material adquirido, solicitação de mudança de marca e/ou prorrogação do prazo de entrega e nos autos de procedimento apuratório).

---

**Decreto Federal 10.024/2019** - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal.

---

**Deliberação TCE nº 244, de 18/12/07** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica.

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

---

**Resolução TJ/OE nº 03/2021** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo nº 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro -SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

---

**Ato Normativo nº 03/2019** – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

## **RAD-SGLOG-057 – Realizar Controle de Claviculario**

Com vigência a partir de 10/04/2023

RAD sem referências

## **RAD-SGLOG-059 – Gerir o Departamento de Infraestrutura Operacional - DEIOP**

Com vigência a partir de 10/04/2023

**Resolução TJ/OE nº 04/2023** - Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE nº 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ/CGJ nº. 26/2009** – Disciplina o exercício do direito às férias dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº. 04/2005** – Dispõe sobre a frequência mensal.

---

**Ato Normativo TJ nº 05/2014** – Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da Secretaria-Geral de Administração - SGADM/DEGEA somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;

---

**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2004** – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça.

---

**Lei Geral Proteção de Dados nº 13.709/2018** – Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet);

---

**Ato Normativo TJ nº 19/2020** – Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro – SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento.

## **RAD-SGLOG-061 – Procedimentos de Controle de Cadastro e Documentos Relativos a Condução de Veículos Oficiais**

Com vigência a partir de 30/05/2023

**Lei Estadual nº 5465/2009** - Dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro;

---

**Resolução CNJ nº 83/2009** – Dispõe sobre a aquisição, locação e uso de veículos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo nº 04, de 31 de janeiro de 2023** - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

## **RAD-SGLOG-062 – Instruir Processo de Pagamento de faturas de Consumo**

Com vigência a partir de 05/07/2023

**Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº4, de 27/01/2004** – Dispõe sobre a utilização do correio eletrônico para a correspondência interna do Tribunal de Justiça e dá outras providências.

## **RAD-SGLOG-065 – Realizar Especificação de Material**

Com vigência a partir de 20/04/2023

**Lei Federal nº 8.666 / 1993** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

**Lei Federal nº 10.520 / 2002** – Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

**Lei Federal nº 14.133 / 2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

**Ato Normativo PJERJ 19 / 2014** – Dispõe sobre a uniformização das regras sobre a gestão do sistema patrimonial, que envolve bens permanentes e materiais de consumo.

**Ato Normativo PJERJ 03 / 2019** – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

**Ato Executivo PJERJ 5.298 / 2013** – Resolve instituir e divulgar o guia de material para compras com especificações que evidenciem requisitos de sustentabilidade, em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos reguladores competentes e de acordo com a legislação respectivamente aplicável.

**Resolução CNJ 400 / 2021** – Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

## **RAD-SGLOG-066 – Cotação de Preços de Materiais e Instrução de Processo de Compras**

Com vigência a partir de 20/05/2023

**Lei Federal nº 14.133/21** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Revoga as leis nº 8666/93, nº 10.520/2002 (Lei do Pregão) e os arts. 1º ao 47-A da lei nº 12.462/201 (Lei do Regime diferenciado de contratações-RDC).

**Decreto nº 7892/13** – Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei Federal nº 8666, de 21 de junho de 1993.

**Lei complementar 147/2014** - Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

**Decreto nº 10.024/2019** - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

---

**Instrução Normativa nº 73/2020**, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

---

**Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021**, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e funcional.

---

**Ato Normativo nº 02/2023**, que dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

## **RAD-SGLOG-067 – Vistoriar a Infraestrutura Predial e a Comunicação Visual dos Prédios do Complexo do Foro Central**

Com vigência a partir de 05/06/2023

**Constituição Federal de 1988**

---

**Resolução TJ/OE nº 04/2023** - Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

## **RAD-SGLOG-068 – Incorporação Patrimonial**

Com vigência a partir de 30/03/2023

**Resolução TJ/OE/RJ nº. 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

---

**Ato Normativo TJ nº 13/2018** – Disciplina a instauração e os procedimentos de tomada de contas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e seu encaminhamento ao Tribunal de Contas;

---

**Deliberação TCE nº 278/17** – Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da Administração estadual e dá outras providências.

## **RAD-SGLOG-069 – Realizar Inventário Físico de Bens em Almoxarifado**

Com vigência a partir de 07/11/2023

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Deliberação TCE/RJ nº 278/17** - Dispõe sobre a apresentação da Prestação de Contas Anual de Gestão, no âmbito da administração estadual e dá outras providências.

### **RAD-SGLOG-070 – Estocar e Distribuir Materiais**

Com vigência a partir de 08/11/2023

**Lei Federal nº 8.666/93** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos da Administração Pública;

---

**Lei Federal nº 4.320/64** – Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle de orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

---

**Resolução TJ/OE/RJ 01/2017** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

### **RAD-SGLOG-071 – Distribuir e Retirar Materiais de Consumo**

Vigência a partir de 20/10/2023

**Aviso TJ nº 45/2011**- Avisa aos responsáveis pelas UO que deverão realizar periódica avaliação dos materiais em estoque, mantendo na unidade apenas aqueles necessários às atividades do Órgão pelo período de 30 (trinta) dias, e dá outras providências;

---

**Ato Normativo nº 3/2009** – Estabelece normas e diretrizes dos Atos funcionais dos Servidores do Quadro Único do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, disciplinando os direitos e deveres e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº10/2021** – Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial no âmbito dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ).

### **RAD-SGLOG-072 – Manutenção Corretiva**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993** - regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

**Lei Federal Nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

---

**Ato Normativo 03/2019** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências.

### **RAD-SGLOG-074 – Manutenção Preventiva Eletromecânica**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal nº 8666/93, de 21/06/1993** – Lei Geral de Licitações;

---

**Lei Federal Nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Ato Normativo TJRJ nº 03/2019** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

---

**Resolução TJ/OE nº 31/2014** – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014;

### **RAD-SGLOG-075 – Manutenção Preventiva de Unidades Certificadas e Predial**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal nº 8666/93** – regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Federal Nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Ato Normativo 03/2019** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** – dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e de serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ);

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

---

**Resolução TJ/OE nº 31/2014** – dispõe caber ao Diretor da Divisão de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014;

---

**ABNT NBR 5462** – Confiabilidade e Manutenibilidade;

---

**ABNT NBR 5674** – Manutenção de edificações e procedimentos;

---

**ABNT NBR 14037** – Manual de operação, uso e manutenção das edificações

---

**Especificações de fabricantes.**

## **RAD-SGLOG-077 – Atender às Solicitações de Alterações de Layout e Readequação Predial**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Resolução TJ/OE nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

---

**Ato Executivo Conjunto nº 129/07** - Resolve vedar alterações contratuais que impliquem em aumento de despesas, suprimem os postos de serviço vagos e dá outras providências;

**Ato Normativo da Presidência nº 04/2019** – Regulamenta a confecção de layout;

---

**Ordem de Serviço nº 02/2017** – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

## **RAD-SGLOG-078 - Monitorar e Avaliar a Fiscalização de Obras e de Serviços de Engenharia**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** - Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014- Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria-Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

---

**Resolução TJ/OE nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

---

**Lei Federal nº 8.666/93** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.

---

**Lei Nº 14.133, de 1º de abril de 2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Ato Normativo 03/2019** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 23/2021** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

## **RAD-SGLOG-079 - Gerir o Departamento de Transportes**

Com vigência a partir de 31/07/2023

**Resolução TJ OE Nº 10/2021** - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

---

**Resolução TJ/OE nº 11/2021** - Estabelece política de gestão estratégica e alinha as diretrizes de governança e institui as diretrizes para o Planejamento Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro 2021-2026 (PJERJ);



**Resolução TJ/OE nº 03/2021** – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo TJ nº 05, de 17/03/2014** - Resolve que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento de documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;

---

**Ato Normativo TJ nº 04/2023** - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

## **RAD-SGLOG-080 - Fiscalizar a Qualidade dos Materiais de Expediente e do Mobiliário do PJERJ**

Com vigência a partir de 25/05/2023

**Lei Federal nº 14.133/2021**- Institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Federal nº 10.520/02** – Institui no âmbito da União, Estado, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, XXI, da CF, modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outra providências;

---

**Lei Federal nº 6938/81** – Dispõe sobre a política Nacional do Meio Ambiente, e seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

## **RAD-SGLOG-082 - Orçar Preços de Obras e Serviços de Engenharia**

Com vigência a partir de 20/03/2024

**Lei nº 14.133 de 01/04/2021** - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2018** – Altera a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2017, deste Órgão Especial;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 01/2017** – Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014** – Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.

**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ;

---

**Resolução CNJ nº 114/2010** - Dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras, parâmetros e orientações, critérios mínimos para execução das obras no âmbito do Poder Judiciário;

---

**Instrução Normativa nº 40, de 22 de Maio de 2020** – Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

---

## **RAD-SGLOG-083 - Acompanhar Garantia de Obras/Serviços de Engenharia do PJERJ**

Com vigência a partir de 14/11/2023

**Lei Federal no 8.666/1993** - (Lei Geral de Licitações);

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014** - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade;

---

**Lei nº 10.406/2002** - Código Civil (CC);

---

**Lei nº 8.078/1990** – Código de Defesa do Consumidor (CDC);

---

**ABNT NBR 14037** – Diretrizes para Elaboração de Manuais de Uso, Operação e Manutenção de Edificações;

---

**ABNT NBR 5679** – Requisitos de Gestão de Manutenção;

---

**ABNT NBR 16636** - Elaboração de Projetos de Edificações;

---

**OT-IBR 003/2011**- Instituto Brasileiro de obras Públicas (IBRAOP).

---

**Lei Nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial

---

**ABNT NBR 17170:2022** – Edificações – Garantias – Prazos Recomendados e Diretrizes.

---

## **RAD-SGLOG-084 - Medir Serviços Executados na Fiscalização dos Contratos de Obras de Prédios do PJERJ**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993** (Lei Geral de Licitações);

**Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002** (Lei do Pregão);

**Lei complementar nº 116 de 31/07/2003** - Dispõe sobre o imposto sobre serviços de qualquer natureza, de competência dos municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências;

**Lei 287/1979** - aprova o código de administração financeira e contabilidade pública do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

**Lei nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**Ato Executivo TJ nº 116/2019** - Delega competências ao Diretor Geral da DGLOG;

**Resolução TJ/OE/RJ Nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;

**Resolução TJ/OE/RJ Nº 31/2014** – Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014** - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.

**Ordem de Serviço nº 02/2017** – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos;

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

## **RAD-SGLOG-085 - Fiscalizar A Execução Dos Contratos De Obras De Prédios Do PJERJ**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993** (Lei Geral de Licitações);

**Lei Federal Nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** – Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014** - Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade.

---

**Ordem de Serviço nº 02/2017** – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

## **RAD-SGLOG-086 - Controlar a Concessão de Dispositivo Eletrônico – TAG para Frota de Veículos**

Com vigência a partir de 01/02/2022

**Decreto-Lei nº 791, de 27 de agosto de 1969** - Dispõe sobre o pedágio em rodovias federais e dá outras providências.

---

**Lei nº 7.172, de 28 de dezembro de 2015** – Disciplina o funcionamento do sistema de identificação eletrônica para o pagamento de pedágios no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

---

**Resolução AGETRANSP nº 23 de 24 de setembro de 2014** – Dispõe sobre a isenção do pagamento da tarifa de pedágio para veículos oficiais próprios e locados da Administração Pública estadual no âmbito de rodovias estaduais concedidas.

---

**Ato Normativo nº 11 de 16 de novembro de 2018** - Estabelece normas relativas à aquisição, locação, classificação, cadastro, controle, utilização, infração de trânsito, sinistro, manutenção, cota de combustível e alienação dos veículos que compõem a frota do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

## **RAD-SGLOG-089 - Cotar Preços para Obras e Serviços de Engenharia**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993** - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Decreto nº 7.983/2013** – Art.6 (Obra e Serviços de Engenharia);

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 03/2021** – Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 11/2018** – Altera a Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2017, deste Órgão Especial;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PJERJ;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014** – Dispõe sobre o Plano de Obras - Anexo I, elaborado conforme os Indicadores e Grupos de Prioridade;

---

**Resolução CNJ nº 114/2010** - Dispõe sobre o planejamento, a execução e o monitoramento de obras, parâmetros e orientações, critérios mínimos para execução das obras no âmbito do Poder Judiciário;

---

**Instrução Normativa nº 05/2014** – SLTI/MPOG;

---

**Súmula nº 02 de 19/06/2018 do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** – TCE;

---

**Voto Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro** – TCE, VOTO GA-3 referente a concorrência pública nº 093/19 – Processo TCE Nº.108.004-6/2019.

---

**RAD-SGLOG-090 - Elaborar Solicitação de Alteração Contratual para Contrato de Obra do PJERJ**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993** - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

---

**Resolução TJ/OE/RJ Nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;

---

**Ordem de Serviço nº 02/2017** – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

## **RAD-SGLOG-091 - Ciclo da Contratação de Aquisição de Material**

Com vigência a partir de 30/03/2023

**Lei Federal no 8.666, de 21/06/1993** - Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

---

**Lei nº 10.520/2002** – Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Lei Federal nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Decreto Federal nº 7.892/2013** – Regulamenta o Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993;

---

**Decreto Federal 10.024/2019** - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

---

**Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

---

**Resolução OE nº 04/2023** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo nº 03/2019** – Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

## **RAD-SGLOG-092 - Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos de Obras do PJERJ**

Com vigência a partir de 20/03/2023

**Lei Federal nº 14.133/2021** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

---

**Lei Federal nº 8.666/1993** – Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei nº 287/1979** - aprova o código de administração financeira e contabilidade pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP – para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJERJ;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** – Resolve que cabe aos Diretores das Divisões de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção do Departamento de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de contratos de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 36/2014** - Dispõe sobre o Plano, elaborado conforme Indicadores e Grupos de Prioridade;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial.

---

**Ordem de Serviço nº 02/2017** – Disciplina, no âmbito da Presidência do TJRJ, o trâmite dos processos administrativos que importem em despesas ou decisões administrativas que objetivem a implantação ou desenvolvimento de projetos.

## **RAD-SGLOG-093 - Elaborar Documentos de Referência, Anexos E Pesquisa de Preços Para Contratação de Serviços de Infraestrutura Operacional**

Com vigência a partir de 20/10/2023

**Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993** - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;

---

**Lei Federal n.º 14.133, de 01/04/2021** - Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**Lei nº 10.520/2002** – Institui no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos ao artigo 37, XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e de serviços comuns, e dá outras providências;

---

**Decreto Federal nº 7.892/2013** – Regulamenta o Registro de Preços e dá outras providências (que ditará as ações relativas ao não cumprimento de entrega de material adquirido, solicitação de mudança de marca e/ou prorrogação do prazo de entrega e nos autos de procedimento (apuratório);

---

**Decreto Federal 10.024/2019** - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da Administração Pública Federal;

---

**Deliberação TCE nº 244/2007** - Estabelece normas a serem observadas pelos órgãos e entidades estaduais da Administração Pública Direta e Indireta de qualquer dos Poderes, sob a jurisdição do Tribunal de Contas, visando o controle e a fiscalização dos atos administrativos que especifica;

---

**Ato Normativo nº 03/2019** - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Ato Normativo nº 19/2020** - Institui e implanta o Processo Administrativo Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro - SEI e dispõe sobre sua implantação e seu funcionamento;

---

**Ato Normativo nº 14/2023** – Institui a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Ato Normativo nº 20/2023** – instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

---

**Instrução Normativa nº 05/2017**- Dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;

---

**Instrução Normativa nº 40/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;

---

**Instrução Normativa nº 73/2020 da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional;



**Instrução Normativa nº 67/2021** Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

---

**Instrução Normativa n.º 01/2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e fundacional e dá outras providências;

---

**Resolução nº 169/2013 do Conselho Nacional de Justiça** - Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 10/2021** - Consolida e disciplina as normas gerais sobre a gestão patrimonial dos bens móveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ);

---

**Resolução TJ/OE nº 03/2021** - Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências;

---

**Resolução nº 347/2020 do Conselho Nacional de Justiça** – Dispõe sobre a Política de Governança das Contratações Públicas no Poder Judiciário;

---

**Provimento CGJ 06/2021** - Objetiva a referida adequação que visa atender aos princípios da eficiência e necessidade de aproveitamento de recursos, observando ainda a geografia das comarcas e a demanda judicial.

**RAD-SGLOG-094 - Gerar Ordem de Compra para Aquisição de Materiais e Contratação de Serviço Especializado, por Verba de Contrato, Autuação e Instrução de Processos de Reembolso de Materiais e Serviços Especializados**

Com vigência a partir de 05/10/2023

**Resolução TJ/OE/RJ nº 31/2014** - Resolve que cabe aos Diretores dos Departamentos de Planejamento de Obras, de Fiscalização de Obras e de Manutenção da Diretoria-Geral de Engenharia indicar, dentre os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo habilitados, aqueles que atuarão como fiscais de obras e de serviços de engenharia, de acordo com as necessidades de serviço, bem como coordenar todas as suas atividades, em conformidade com o Capítulo X da Resolução TJ/OE nº 09/2014;

---

**Resolução TJ/OE nº 09/2014** - Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamentação e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro PJRJ;

---

**Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021** - Lei de Licitação e Contratos Administrativos;

**Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993** - Lei de Licitação e Contratos Administrativos;

---

Ato Normativo 03/2019 - Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, a licitação na modalidade pregão, nas formas presencial e eletrônica, e dá outras providências;

---

**Resolução TJ/OE/RJ nº 04/2023** – Altera a Resolução nº 03, de 09 de fevereiro de 2021, deste Órgão Especial;

---

**Decreto nº 7.983/2013** – Estabelece regras e critérios para elaboração do orçamento de referência de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos dos orçamentos da União, e dá outras providências;

---

**Instrução Normativa nº 73/2020** - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

**Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro**  
**Secretaria-Geral de Administração**

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento  
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: [seesc@tjrj.jus.br](mailto:seesc@tjrj.jus.br)

15/03/2024